



Troika insiste na gestão comum dos portos, contra estudo e protestos

Associação Comercial do Porto levou a sério a sugestão do primeiro-ministro e encomendou à Universidade Católica um estudo sobre modelos de gestão portuária, que já remeteu ao Governo

Holding portuária Aníbal Rodrigues

A *troika* que está a prestar apoio financeiro a Portugal não abre mão da criação de uma *holding* que centralize a gestão dos portos portugueses. O Ministério da Economia escusou-se, contudo, a tomar posição sobre o tema, quando contactado pelo PÚBLICO a propósito de um estudo realizado pela Universidade Católica do Porto (UCP) sobre os casos de quatro países europeus com tradição portuária que não seguem o modelo que a *troika* preconiza. O estudo, que foi encomendado pela Associação Comercial do Porto (ACP) com o propósito de demonstrar que a gestão comum dos portos seria uma originalidade por testar, foi enviado na semana passada ao primeiro-ministro e a outros membros do Governo.

O Ministério da Economia não comenta o assunto, mas fonte ligada ao processo garantiu que, apesar de o Governo estar a estudar modelos alternativos, a *troika* continua a insistir na centralização da gestão dos portos nacionais. "A entidade gestora única é uma exigência que consta do memorando de entendimento e a *troika* está a fazer finca-pé nisso. Do ponto de vista deles, não há grande margem para conversas", disse a mesma fonte.

O estudo realizado pela UCP analisa os modelos de gestão dos portos de Alemanha, Espanha, Itália e Países Baixos. A gestão varia entre a municipal, regional, conjunta ou nacional, mas em nenhum dos casos analisados vigora uma gestão central única. "Nem sequer em Malta existe uma *holding* portuária", disse ao PÚBLICO Alberto Castro, membro da direcção da ACP e coordenador do estudo, que teve ainda o acompanhamento do antigo ministro Valente de Oliveira, coordenador do projecto Auto-Estradas do Mar, da Comissão Europeia.

A tendência geral na Europa é a de manter uma qualquer forma de poder público – estado, região ou município – como "dono da terra"

e das infra-estruturas, concessionando as superestruturas (cargas e descargas, por exemplo) a privados. As excepções nestes regimes de concessão são a segurança e os pilotos da barra.

No passado dia 16 de Março, quando visitou o Palácio da Bolsa, sede da ACP, o primeiro-ministro sugeriu a realização de um estudo comparativo sobre os modelos de gestão portuária europeus. A ACP, que vem lutando contra a *holding* portuária, fez o estudo e remeteu-o a Pedro Passos Coelho e também aos ministros das Finanças e da Economia e à ministra do Mar. A ACP, que foi promotora da construção do porto de Leixões no séc. XIX, já criticara a ideia da *holding* portuária, no governos de Santana Lopes e José Sócrates.

A ACP não duvida que retirar a autonomia aos portos nacionais representa um "erro grave", que se "pagará caro com uma ineficiência geral de todo o sistema portuário". No entender da associação, deve ser preservada a concorrência entre portos. Alberto de Castro acrescenta que uma eventual gestão conjunta poderia ser especialmente pernicioso para o porto de Leixões, que "poderia ver colocados em causa os seus bons resultados e que seria subsidiária de outros portos deficitários". Antes, já o presidente da ACP, Rui Moreira, afirmara que "Leixões consegue dar lucro, o que o torna tão apetecível e alvo de cobiça", realçando que, "nos últimos 15 anos, o Porto de Leixões tem sido um pilar de competitividade da região, juntamente com o vizinho Aeroporto Francisco Sá Carneiro".

Alberto de Castro entende ainda que o Governo não deveria extinguir o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), mantendo-o com funções estratégicas reguladoras (nas áreas do ambiente e segurança, entre outras), de recolha e análise de dados estatísticos e de apoio ao poder central. O IPTM, sustenta, deveria ser também um órgão fiscalizador das concessões portuárias, assegurando o interesse público e uma concorrência saudável entre os privados. Mas nunca



Associação Comercial do Porto afirma que Leixões tem sido "um pilar de competitividade da região"

Sines, Leixões e Aveiro a crescer

Sector portuário tem vindo a obter bons resultados

No ano passado, o porto de Leixões registou 10,3 milhões de euros de lucro líquido, um recorde na história desta infra-estrutura. Para este resultado em muito contribuiu a redução dos custos operacionais: o Governo pediu um decréscimo de 15%, mas o porto de Leixões conseguiu cortar 17%. Também as exportações de Leixões registaram o seu melhor ano de sempre em 2011, aumentando 34% face a 2010. O porto nortenho ultrapassou os 16 milhões de toneladas de mercadorias movimentadas em 2011, ano em que o vizinho porto de Vigo, na Galiza, se ficou pelos quatro milhões.

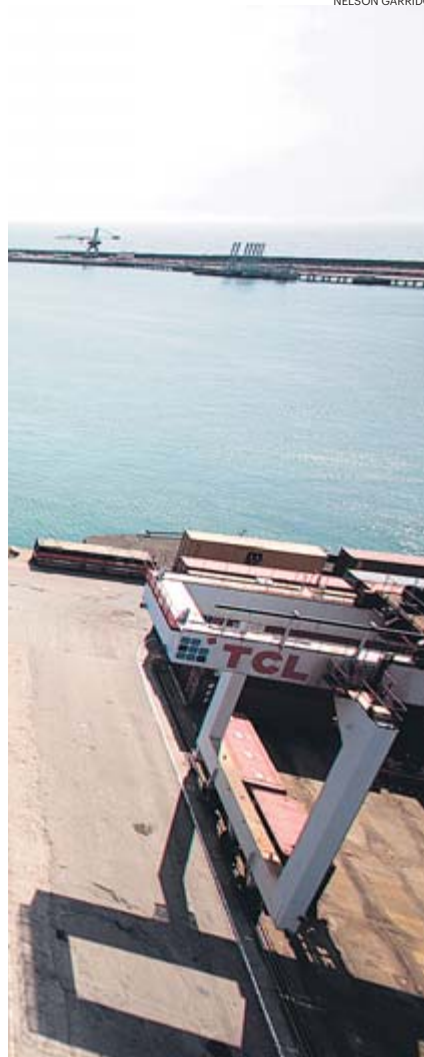
O porto de Aveiro também deu lucro em 2011, encerrando o ano com um resultado líquido positivo de 1,5 milhões de euros, mais do que o dobro do ano anterior. Tal como em Leixões, também o presidente da Administração do Porto de Aveiro, José Luís Cacho, atribuiu esta evolução à redução dos custos fixos. Até porque este



porto perdeu em 2011 mais de 400 mil toneladas no volume de mercadorias movimentadas "devido aos problemas relacionados com a estiva".

No caso de Sines já existem dados relativos a 2012. O porto fechou o primeiro trimestre com um crescimento global de 22,2% no movimento de mercadorias em relação a igual período do ano anterior, atingindo quase sete milhões de toneladas de carga. Destaca-se aqui a evolução das exportações (1,67 milhões de toneladas movimentadas), que cresceram 63,3%, fazendo deste trimestre o melhor de sempre, a este nível, na história do porto de Sines.

A.R./C.D.



deverá assumir funções de gestão do sistema portuário, quer seja no todo quer em parte.

O ex-presidente da Administração dos Portos do Douro e Leixões Matos Fernandes renunciou em Abril ao cargo, com efeitos a partir do final de Maio. Numa recente entrevista ao PÚBLICO, Matos Fernandes manifestou-se contra a criação de uma *holding* para a gestão de todos os portos nacionais, afirmando que “faz tão pouco sentido gerir Sines a partir de Leixões como gerir Leixões a partir de Sines”. Na semana passada, os deputados do PS eleitos por Setúbal apresentaram no Parlamento uma proposta de recomendação ao Governo para desistir da centralização da gestão dos portos.

Também recentemente, a Assembleia Municipal do Porto aprovou uma posição contra a eventual fusão dos portos nacionais. O presidente da Câmara do Porto, o social-democrata Rui Rio, classificou a ideia da fusão como “irracional” e um “retrocesso”.